



131
70

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0002172-76.2014.8.17.0000 (0328882-6)

AGRAVANTE: COLÉGIO SANTA MARIA

AGRAVADO: MUNICÍPIO DO RECIFE

COMARCA: 1ª VARA DOS EXECUTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS

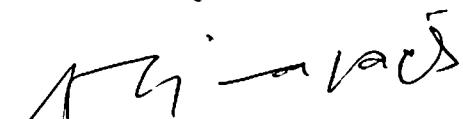
RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO MENSAL EM PERCENTUAL MÓDICO QUE NÃO INVIABILIZA A ATIVIDADE DO DEVEDOR.

Não existe violação ao princípio da execução menos gravosa quando a penhora de renda esteja fixada em patamares que não impossibilitem a continuação da atividade empresarial, como no caso dos autos, em que o juízo a limitou ao percentual de 5%. Na realidade, houve a compatibilização do princípio da menor onerosidade com o princípio do interesse do credor (arts. 612 e 620 do CPC). Precedentes do eg. STJ.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0328882-6, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 30 de maio de 2014, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

132
70

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0002172-76.2014.8.17.0000 (0328882-6)

AGRAVANTE: COLÉGIO SANTA MARIA

AGRAVADO: MUNICÍPIO DO RECIFE

COMARCA: 1ª VARA DOS EXECUTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de instrumento com pedido de tutela antecipada interposto pelo **COLÉGIO SANTA MARIA**, em face da decisão proferida pelo Juiz da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais (fls.50/53), nos autos da ação de Execução Fiscal movida pelo **MUNICÍPIO DE RECIFE**.

No bojo do agravo de instrumento esta relatoria proferiu decisão terminativa negando seguimento ao recurso (fls. 96/111), sob o fundamento de que a decisão recorrida, que determinou a penhora de 5% do faturamento do réu/agravante, estava de acordo com a ordem de gradação legal prevista na Lei de Executivos Fiscais e no Código de Processo Civil.

Inconformado, o agravante interpôs agravo legal sustentando, em suma, que a penhora sobre o faturamento da empresa é excepcional, somente possível depois de esgotados outros meios de constrição do patrimônio. Apontou que a penhora de faturamento inviabiliza o desempenho das atividades sociais da agravante. Por fim, indica que a penhora deve recair sobre o bem imóvel oferecido pelo agravante.

Pugna pela reconsideração da decisão recorrida e, subsidiariamente, pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

Passo a **DECIDIR**.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

123

VOTO

A possibilidade de penhora sobre o faturamento de pessoa jurídica tem sido admitida pela jurisprudência, desde que observadas certas condições, sobretudo, atentando-se à manutenção da viabilidade do exercício das atividades da empresa. Neste sentido, colaciono os seguintes precedentes do STJ:

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO. A penhora pode recair sobre o faturamento da empresa. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg na MC: 18672 SP 2011/0273736-7, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 18/12/2012, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO. POSSIBILIDADE. BENS INDICADOS À PENHORA DE DIFÍCIL ALIENAÇÃO E COM CONSTRIÇÃO ANTERIOR. ALEGAÇÃO DE OUTROS BENS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é cabível a penhora sobre o faturamento da empresa quando ofertados bens de difícil liquidez ou não encontrados bens do devedor para satisfazer o crédito exequendo. [...] (STJ - AgRg no Ag: 1339145 SP 2010/0142511-4, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 18/03/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/04/2014)

No caso dos autos, o agravante pretende o cancelamento da penhora sobre o seu faturamento ou, subsidiariamente, a reunião de todas as execuções fiscais para que sejam garantidas por uma única penhora, no percentual de 0,5% (meio por cento) das receitas auferidas pelo agravante.

Ocorre que, o agravante não trouxe aos autos elementos novos que justifiquem a reconsideração ou modificação da decisão atacada, a qual se mantém pelos seus próprios fundamentos.

123



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

134
20

Primeiramente, não se pode perder de vista que o processo de execução se realiza no interesse do credor, podendo incidir a penhora sobre qualquer bem do executado, presentes e futuros (art. 591, CPC).

Desse modo, o faturamento da empresa pode ser penhorado, porquanto faz parte do patrimônio do devedor.

Com efeito, o art. 11, Inciso I, da Lei 6.830/80, traz o dinheiro como o primeiro bem na ordem preferencial de penhora, neste incluído o faturamento da empresa. Se assim não fosse, a Lei 6.830/80 teria feito ressalva expressa a respeito da penhora sobre o faturamento, como o fez o CPC, de modo que considero que o silêncio da LEF foi eloquente neste particular.

De mais a mais, ainda que se considere que o faturamento da empresa é hipótese diversa da penhora de dinheiro, a decisão recorrida não merece ser reformada. Isto porque, foram atendidos todos os requisitos autorizadores da penhora sobre o faturamento, quais sejam, a não localização de bens passíveis de penhora e o não comprometimento da atividade empresarial.

A esse respeito, transcrevo trecho da decisão monocrática:

"Cumpre destacar, por oportuno, que restou infrutífera a penhora online, o que, como bem pontuado pela Fazenda Municipal, parece indício de que a agravante pretende furtar-se ao pagamento do débito, não mantendo quaisquer valores passíveis de constrição em sua conta, o que não se admite no caso de estabelecimento de ensino que possui faturamento significativamente elevado e que necessita de numerário em conta para honrar seus compromissos diários e habituais:

Percebo também que o bem imóvel indicado à penhora pelo agravante é insuficiente para garantir a execução, pois recai sobre ele gravame proveniente da Execução Fiscal 99.8852-2, conforme se observa do livro de registro do imóvel (fls.29).

Quanto à alegação do agravante de que seu faturamento mensal já estaria comprometido por conta de

4



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

135
20

outros bloqueios, este argumento não mais subsiste. É o que se observa dos julgamentos dos agravos de instrumento nº 328718-1 e 328871-3 que reformaram as ordens de penhora exaradas nos processos 0027868-29.2005.5.8.17.0001 e 166587-44.2012. 5.8.17.0001:

Agravo de Instrumento nº 328718-1 Em face do exposto, presentes os requisitos autorizadores do deferimento parcial da tutela antecipada, consistentes no fumus boni iuris e no periculum in mora, DEFIRO PARCIALMENTE a referida pretensão, apenas para diminuir o percentual da penhora sobre o faturamento da empresa agravante para o percentual de 1%, até o pronunciamento definitivo da Câmara Especializada. (Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões)

Agravo de Instrumento nº 0328871-3 - Agravo de instrumento provido parcialmente, para sustar a penhora do faturamento, enquanto perdurar as penhoras determinadas nas Execuções Fiscais nºs 0033448-93.2012.8.17.0001 e 0027868-29.2005.5.8.17.0001, quando, então, deverá ter seu seguimento regular, ressalvada substituição idônea superveniente (Relator: Des. Ricardo Paes Barreto)

Portanto, atualmente, o percentual do faturamento do agravante comprometido com o pagamento de execuções fiscais não inviabiliza a continuidade de suas atividades, conforme tem entendido o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. PENHORA. PERCENTUAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO DA EMPRESA. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Não há que se falar em julgamento extra petita quando o Tribunal de origem apenas confirma a decisão de primeiro grau, para manter a ordem de penhora de 10% do faturamento líquido da executada. Para que se verifique ofensa ao princípio da congruência, encartado nos arts. 128 e 460 ambos do CPC, é necessário que a decisão ultrapasse o limite dos pedidos deduzidos no processo, o que definitivamente não ocorreu no caso concreto. 2. A jurisprudência desta Corte é assente quanto à possibilidade de a penhora recair, em caráter excepcional, sobre o faturamento da empresa, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas na legislação processual (arts. 655-A, § 3º, do CPC)



136
JP

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

e o percentual fixado não torne inviável o exercício da atividade empresarial. Precedentes.

3. O Tribunal de origem foi enfático ao declarar que "há contra a agravante outras execuções e ela não demonstrou qual é seu faturamento mensal e qual será o efetivo reflexo da penhora em sua atividade econômica; colocou-se comodamente na posição de não pagar e exigir aceitação de penhora de bens já objetos de outras constrições". Como se vê, para refutar tal premissa seria necessário o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado na instância recursal. Inteligência da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Resp 1340318/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 06/12/2012)

Nesse mesmo sentido, cito diversos julgados do STJ sobre a possibilidade da penhora recair sobre o faturamento da empresa, em percentual razoável (normalmente 5%) e que não prejudique as suas atividades (AgRg no Resp. 1.320.996/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ de 11/9/2012, AgRg no Ag. 1.359.497/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES, DJ de 24/3/2011, AgRg no Resp. 1.328.516/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJ de 17/9/2012; AgRg na MC 19.681/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/2012, DJe 19/12/2012 e AgRg no AREsp. 242.970/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 22/11/2012).

No âmbito dos Tribunais de Justiça o entendimento tem sido o mesmo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO LIQUIDAÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL NÃO LOCALIZAÇÃO DE BENS - PENHORA E FATURAMENTO 10% - RECURSO A MEDIDA CONSTRITIVA MOSTRA RAZOABILIDADE E NÃO ENCONTRA ILEGALIDADE OFERECIMENTO DE BENS QUE NÃO SEGUEM ORDEM DE GRADAÇÃO INTERESSE DO CREDOR EM RELAÇÃO À APRESENTAÇÃO DE NUMERÁRIO POSSIBILIDADE DE REVERSÃO SE O PLANO DE PAGAMENTO NÃO CONVIER AO CREDOR E FOR DESINTERESSANTE NA DINÂMICA DO JUÍZO RECURSO NÃO PROVIDO COM OBSERVAÇÃO. (TJ-SP - AI: 20781342220148260000 SP 2078134-22.2014.8.26.0000, Relator: Carlos Abrão, Data de Julgamento: 20/05/2014, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/05/2014)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

137

"FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PENHORA DE 10% DO FATURAMENTO LÍQUIDO DA EMPRESA - ADMISSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. Se a lei permite a penhora do próprio estabelecimento comercial, com maior razão há de se admitir a penhora de parte do faturamento da empresa, mormente quando a executada não apresenta outros bens, livres e desembaraçados, visando garantir a execução". (TJ-SP - AI: 20431103020148260000 SP 2043110-30.2014.8.26.0000, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 30/04/2014, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 06/05/2014)

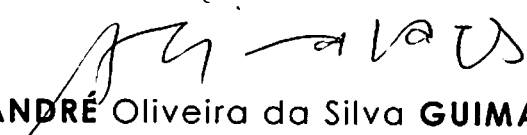
AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA SOBRE 10% DO FATURAMENTO DE EMPRESA. CABIMENTO, NO CASO. A penhora sobre o faturamento da empresa é medida que somente é admitida quando não há bens suficientes para garantir a execução. Não havendo, no caso, demonstração da existência de outros bens passíveis de penhora, apenas alegando a empresa que seu faturamento é insuficiente para cobrir suas despesas mensais, cabível a penhora sobre 10% do faturamento da empresa. Precedentes TJRS e STJ. Agravo desprovido. (Agravo Nº 70057985137, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 27/02/2014) (TJ-RS - AGV: 70057985137 RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Data de Julgamento: 27/02/2014, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/03/2014)

Por fim, quanto ao pedido de reunião de processos, este deve ser formulado no juízo de primeiro grau, atentando-se para as regras de prevenção de competência.

Ante o exposto, **voto pelo não provimento do recurso**, mantendo-se incólume a decisão vergastada.

Publique-se. Intime-se.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator